

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.762 - SP (2019/0147714-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : GABRIELA MARIA DE LUCA MOREIRA MARTINELLI
ADVOGADO : LUIZ FELIPE MIRAGAIA RABELO E OUTRO(S) - SP318375
AGRAVADO : TERRA SIMAO SPLENDOR GARDEN INCORPORADORA SPE
LTDA
ADVOGADOS : JAQUES BUSHATSKY - SP050258
IVANETE OLIVEIRA SOUZA E OUTRO(S) - SP344026
AGRAVADO : FREMA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS GONÇALVES GOMES E OUTRO(S) -
SP252311
MATHEUS FELIPE COUTINHO BLOISE - SP355636

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CONDENAÇÃO DA PARTE VENCIDA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DE GABRIELA MARIA DE LUCA MOREIRA MARTINELLI.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por GABRIELA MARIA DE LUCA MOREIRA MARTINELLI contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fl. 556) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 507):

ACÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. RESTITUIÇÃO DE VALORES - PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE TAXA SATI - Análise remanescente dos pedidos relativos à comissão de corretagem e taxa SATI - Aplicação do prazo prescricional trienal previsto no artigo 206, §3º, IV do CC-Entendimento firmado pelo E.STJ em recurso repetitivo Ônus da sucumbência devidamente distribuído - Sentença mantida - Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 532):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Ausência de contradição - Caráter infringente, estranho à função integrativa dos embargos Exame e esclarecimento de todos os pontos controvertidos Prequestionamento - Desnecessidade de mencionar artigos de lei a

cada ponto do julgado Julgador que não está adstrito a enfrentar a integralidade dos artigos citados Decisão fundamentada - Embargos rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação ao art. 85 do CPC/2015.

Sustentou ser cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Afirmou que a sentença que julgou antecipadamente o mérito não fixou verba honorária quando decidiu antecipadamente a lide.

Apreciada a admissibilidade do recurso excepcional, o Tribunal de origem inadmitiu a insurgência (e-STJ, fl. 556).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 559-566).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões do agravo, a agravante alega ter cumprido com todas as exigências legais para o exame e processamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso excepcional.

Nas razões do recurso especial, a recorrente sustentou a tese da necessidade de condenação da parte vencida ao pagamento de honorários sucumbenciais.

O Tribunal de origem, ao se manifestar sobre o tema, expôs os seguintes argumentos (e-STJ, fls. 509-510):

Superada a questão da prescrição, passo à análise dos honorários sucumbenciais.

Nesse ponto, inexistente qualquer irregularidade na distribuição do referido ônus eis que restando apenas os pedidos relativos à SATI e corretagem e em sendo improcedentes, era de rigor que a apelante arcasse com o ônus de sua sucumbência.

Ademais, para fins de critério de distribuição dos ônus sucumbenciais, os pedidos não são analisados pelo valor global requerido, tal como quer fazer crer a autora e sim na quantidade de pedidos acolhidos. No caso, restaram dois pedidos a serem analisados e em ambos a autora não teve acolhida sua pretensão, devendo assim arcar com os ônus de sua sucumbência.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que a Corte estadual entendeu inexistir irregularidades na distribuição do ônus sucumbencial.

Todavia, analisando as informações contidas nos autos, mais especificamente o teor da sentença de fls. 252-257 (e-STJ) que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a exclusão do nome da recorrente do cadastro de proteção ao crédito e a devolução de 90% do valor pago pelo contrato, verifica-se que inexistiu a condenação da parte vencida, ora recorrida, ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor dos advogados da recorrente.

Nos termos da jurisprudência vigente neste Tribunal Superior, as despesas processuais e os honorários advocatícios deverão ser rateados entre as partes envolvidas na relação processual, considerando o ganho e as perdas obtidas com o julgamento da demanda.

Confiram-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 86 DO CPC/2015. QUANTITATIVO. SÚMULA 7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º).
2. "As despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento. Precedentes" (AgRg no REsp 1.354.123/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA

TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe de 30/06/2015).

3. A apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício.

4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(AgInt no AREsp 1046116/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DESPESAS PROCESSUAIS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. As despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1354123/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015)

In casu, nos termos da decisão de fls. 252-257 (e-STJ), o pedido de rescisão contratual formulado pela recorrente foi parcialmente deferido, determinando a instância ordinária a devolução de 90% dos valores pagos à incorporadora ora recorrida.

Logo, mostra-se cabível a fixação de verba honorária sucumbencial em favor dos advogados da recorrente.

A fim de delimitar os critérios de cálculo dos honorários sucumbenciais, necessária a exposição de alguns fatos.

A controvérsia estabelecida nos autos refere-se ao debate acerca do percentual de retenção pretendido pela parte agravada.

Verificou-se que, no contrato firmado entre as partes, havia previsão de que a empresa incorporadora, ora agravada, em caso de rescisão contratual, detivesse 22% dos valores pagos pela contratante, ora recorrente, o que, *in casu*, diante do adimplemento da quantia de R\$ 46.332,69 (quarenta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) equivaleria a R\$ 10.192,00 (dez mil, cento e noventa e dois reais).

Destarte, o Tribunal *a quo*, examinando a lide, concluiu que a retenção de

parte da quantia repassada pela recorrente à recorrida estaria limitada ao percentual de 10%, o que corresponderia a R\$ 4.633,00 (quatro mil, seiscentos e trinta e três reais).

Dessa forma, diante da situação fática exposta, constata-se que a parte recorrida sucumbiu em R\$ 5.559,40 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), cálculo que deverá ser considerado no momento da fixação dos honorários sucumbenciais em favor dos patronos da recorrente.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial de GABRIELA MARIA DE LUCA MOREIRA MARTINELLI, a fim de determinar, a título de verba honorária sucumbencial, a fixação de 20% sobre a perda obtida pelo agravado, ou seja, R\$ 5.559,40 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator